



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

CNPJ/MF nº 10.559.663/0001-02



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com

base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanco patrimonial	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11.078.587	-	11.078.587
Estoques		11.773.966	-	11.773.966
Ativo de contrato	(i)	56.225.110	(1.930.651)	54.294.459
Demais ativos circulantes não impactados		12.640.227	-	12.640.227
		91.717.890	(1.930.651)	89.787.239

Total do ativo	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	498.935.983	(36.776.952)	462.159.031
Demais ativos não circulantes não impactados		25.623.154	-	25.623.154
		524.559.137	(36.776.952)	487.782.185
		616.277.027	(38.707.603)	577.569.424

Passivo	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		27.058.000	-	27.058.000
Taxas regulamentares		4.104.866	-	4.104.866
Dividendos propostos	(iii)	395.605	(112.886)	282.719
Demais passivos circulantes não impactados		5.619.618	-	5.619.618
		37.178.089	(112.886)	37.065.203

Passivo não circulante	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Financiamentos - terceiros		161.450.153	-	161.450.153
Impostos diferidos	(ii)	48.206.194	(13.448.873)	34.757.321
Demais passivos não circulantes não impactados		17.295.971	-	17.295.971
		226.952.318	(13.448.873)	213.503.445

Patrimônio líquido	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Capital social		261.360.000	-	261.360.000
Retenção de lucros	(i) e (ii)	83.335.491	(24.551.717)	58.783.774
Reserva legal	(i) e (ii)	7.451.129	(594.127)	6.857.002
		352.146.620	(25.145.844)	327.000.776

Total do passivo e do patrimônio líquido	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
		616.277.027	(38.707.603)	577.569.424

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	75.481.920	(12.210.160)	63.271.760
Outros		(30.668.289)	-	(30.668.289)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(3.171.006)	327.615	(2.843.391)
Lucro líquido do exercício		41.642.625	(11.882.545)	29.760.080

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	41.642.625	(11.882.545)	29.760.080
Total de resultados abrangentes		41.642.625	(11.882.545)	29.760.080

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		44.813.631	(12.210.160)	32.603.471

Itens de resultado que não afetam o caixa		14.624.801	-	14.624.801
(Aumento) redução nos ativos		(7.344.525)	10.636.819	3.292.294
Aumento (redução) nos passivos		(19.052.839)	1.573.341	(17.479.498)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		33.041.068	-	33.041.068

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(2.063.450)	-	(2.063.450)
---	--	--------------------	----------	--------------------

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(25.745.649)	-	(25.745.649)
--	--	---------------------	----------	---------------------

Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		5.231.969	-	5.231.969
--	--	------------------	----------	------------------

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanco patrimonial	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Estoques		11.516.953	-	11.516.953
Ativo de contrato	(i)	57.943.372	(6.903.935)	51.039.437
Demais ativos circulantes não impactados		20.704.253	-	20.704.253
		90.164.578	(6.903.935)	83.260.643

Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	536.555.379	-71.546.993	465.008.386
Demais ativos não circulantes não impactados		24.795.429	-	24.795.429
		561.350.808	(71.546.993)	489.803.815

Total do ativo	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
		651.515.386	(78.450.928)	573.064.458

Passivo	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		26.939.388	-	26.939.388
Taxas regulamentares		3.698.321	-	3.698.321
Demais passivos circulantes não impactados		5.324.171	-	5.324.171
		35.961.880	-	35.961.880

Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		186.038.799	-	186.038.799
Impostos diferidos	(ii)	50.976.329	(16.246.309)	34.730.020
Demais passivos não circulantes não impactados		18.810.341	-	18.810.341
		255.825.469	(16.246.309)	239.579.160

Patrimônio líquido				
Capital social		261.360.000	-	261.360.000
Retenção de lucros	(i) e (ii)	92.999.039	(62.204.619)	30.794.420
Reserva legal		5.368.998	-	5.368.998
		359.728.037	(62.204.619)	297.523.418

Total do passivo e do patrimônio líquido	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
		651.515.386	(78.450.928)	573.064.458

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; (iii) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contém opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Melhorias anuais:** • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	875	-	-
Bancos	292.490	162.876	3.281.652
Aplicações financeiras	17.742.081	10.915.711	2.564.966
	18.035.446	11.078.587	5.846.618

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - financiamento	-	21.422.355	2



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

CNPJ/MF nº 10.559.663/0001-02



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

houve a realização de R\$1.697.122 até 31 de dezembro de 2018. O prazo de amortização é de 150 meses, com início em 15 de novembro de 2014 e término em 15 de abril de 2027. No entanto, 26 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada e integral da dívida em questão, seguindo deliberação da administração da Companhia após alinhamento com o BNDES.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
IRPJ	647.698	466.842	352.517
CSLL	357.090	241.272	225.777
PIS	35.173	31.085	30.106
COFINS	162.337	143.468	142.488
Outros	484.213	400.849	299.983
Total	1.686.511	1.283.516	1.050.871

14. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva global de reversão (RGR) (i)	1.306.267	1.251.944	1.230.672
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	333.420	334.478	333.502
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.934.026	2.518.444	2.134.147
Total	4.573.713	4.104.866	3.698.321

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 203.290. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 21.834. (iii) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	5.443	5.238	-
Total	5.443	5.238	-

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	138.496	-	-
Fiscal	31.157.494	28.715.578	27.464.010
Total	31.295.990	28.715.578	27.464.010

16. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Impostos diferidos passivos (i)	34.593.518	34.757.321	34.730.020
Total	34.593.518	34.757.321	34.730.020

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

17. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Obrigações especiais (i)	16.784.002	17.290.733	17.803.178
Outras provisões passivas	-	-	1.007.163
Total	16.784.002	17.290.733	18.810.341

(i) Recebimento antecipado pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
Total	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Lucro líquido do exercício	31.549.765	29.760.080	-
Reserva legal (5%)	(1.577.488)	(1.488.004)	-
Base de cálculo para os dividendos	29.972.277	28.272.076	-
Dividendo mínimo obrigatório	299.723	282.722	-

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta	70.100.758	68.951.264
Receita de operação e manutenção	17.691.664	17.082.947
Remuneração dos ativos de contrato	51.328.791	51.445.104
Receita de construção	531.765	-
Outras receitas	548.538	423.213
Deduções da receita operacional	(6.202.425)	(5.679.504)
PIS (corrente e diferido)	(455.847)	(448.183)
COFINS (corrente e diferido)	(2.103.911)	(2.068.537)
RGR	(2.296.980)	(2.026.841)
P&D	(660.694)	(629.469)
CDE	(346.068)	(181.443)
TFSEE	(268.860)	(268.858)
PROINFA	(70.565)	(56.173)
Total	63.898.333	63.271.760

20. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(4.099.657)	(4.468.488)
Material	(273.860)	(130.529)
Serviços de terceiros	(2.007.059)	(2.086.679)
Tributos	(166.260)	(69.054)
Arrendamentos e aluguéis	(120.259)	(43.792)
Custo de operação e manutenção	(493.882)	(1.242.009)
Custo de construção	(577.662)	-
Gastos diversos (i)	(1.229.249)	(1.437.679)
Outras	433.660	424.459
Total	(8.533.228)	(9.053.771)

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(6.365.852)	(6.466.484)
Serviços de terceiros	(713.767)	(454.663)
Arrendamentos e aluguéis	(99.774)	(88.411)
Provisão	12.493	666.855
Tributos	(3.339)	(2.329)
Depreciação e amortização	(7.616)	(33.614)
Doações	(2.500)	(580.398)
Outros	909.798	(479.645)
Total	(6.270.557)	(7.438.689)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	2.315.589	2.176.897
Receitas de aplicações financeiras	1.934.630	1.360.026
Outras receitas financeiras	380.959	816.871
Despesa financeira	(15.849.226)	(15.889.325)
Juros sobre financiamentos	(13.091.890)	(15.103.097)
Variação monetária	(480.125)	(530.751)
Outras despesas financeiras	(2.277.211)	(255.477)
Total	(13.533.637)	(13.712.428)

23. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas brutas	70.247.649	69.088.477
Base de cálculo (8%)	5.619.812	5.527.078
Outras receitas	3.790.545	2.188.150
Base de cálculo	9.410.357	7.715.228
IR devido	(2.380.895)	(1.894.216)
(+) IR diferido/Outros	48.678	(8.113)
Total de IRPJ	(2.332.217)	(1.902.329)

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta	70.247.649	69.088.477
Base de cálculo (12%)	8.429.718	8.290.617
Outras receitas	3.790.545	2.188.150
Base de cálculo	12.220.263	10.478.767
CSLL devida	(1.127.522)	(936.681)
(+) CSLL diferido/Outros	26.286	(4.381)
Total de CSLL	(1.101.236)	(941.062)
Total de IRPJ/CSLL	(3.433.453)	(2.843.391)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	
Ativos mensurados pelo valor justo	6	18.035.446	5.846.618	
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	21.422.355	20.811.088
Títulos e valores mobiliários				
Ativos mensurados pelo custo amortizado	24	228.551	164.375	213.988
Contas a receber - partes relacionadas	8	7.366.792	6.931.205	6.640.729
Concessionárias e permissionárias				

Passivos mensurados pelo custo amortizado

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	
Financiamentos	12	-	188.508.153	212.978.187
Fornecedores - terceiros	11	1.403.346	1.475.542	868.364
Fornecedores - partes relacionadas	25	2.264.868	1.683.269	1.878.820

24.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

25.1 Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	228.551	164.375	213.988
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	95.666	139.913	185.155
Outros	132.885	24.462	28.833

25.2 Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	2.264.868	1.683.269	1.878.820
Aluguel (ii)	6.212	5.772	5.796
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.246.608	1.664.134	1.856.874
Outros	12.048	13.363	16.150

25.3 Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	(6.550.969)	(6.354.212)
Despesa aluguel (ii)	(73.659)	(69.309)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(6.477.310)	(6.284.903)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldo referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

26. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitorar sua estrutura de capital e a justa consideração as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	89.384.015	89.384.015
Veículos	Carros	442.040	328.315
Total		99.826.055	99.712.330

DIRETORIA		
Ramon Sade Haddad Diretor Presidente	Jorge Raul Bauer Diretor	Mariana de Oliveira Barbosa Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Representação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria em relação às respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos nos termos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020